

#### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022

## 1- INTRODUÇÃO

- 1.1 O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, por meio da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, situada à Travessa Assumpção, n° 69, Centro, devidamente autorizada pelo Prefeito Sr. Mário Reis Esteves, na forma do disposto no Processo Administrativo n.º 17772/2022, torna público que fará realizar, no dia 19 de agosto de 2022, às 14 horas, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 041/2022, de 10/01/2022, na sala de reunião, a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob regime de empreitada por preço Global do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.
- **1.2** As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no **Diário Oficial Eletrônico Municipal (DOEBP)** e divulgadas por meio eletrônico na internet, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via e-mail, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.
- **1.3** O Edital e seus anexos poderão ser retirados na PMBP, situada na Travessa Assumpção, n° 69, Centro, município de Barra do Piraí RJ, de 10:00 horas até 17:00 horas, sala de licitações, com a permuta de 10(dez) CD´s ou 01(um) pen drive de 08(oito) Gb. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste Edital ou interpretação de quaisquer de seus dispositivos, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, abertura da sessão, por escrito, no endereço supracitado ou através dos telefones (24) 2442-5372 ou pelo e-mail: *licitacao@barradopirai.rj.gov.br.*
- **1.3.1** Caberá ao Presidente, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas;
- **1.3.2** O edital e seus anexos poderão ser retirado na Prefeitura Municipal, na sala da Administração, no endereço acima citado.
- **1.4** Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até **02 (dois) dias úteis** anteriores à data do início da licitação, por escrito, no endereço indicado no **item 1.3**.



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

- **1.4.1** Caberá a Autoridade Competente responder as impugnações e pedidos de esclarecimento deduzidos pelos potenciais licitantes antes da realização da sessão, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados por quaisquer das formas previstas no **item 1.3** deste edital.
- **1.5** Ocorrendo **Ponto Facultativo**, ou outro **fato superveniente de caráter público**, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

#### 2- DO OBJETO

2.1- Esta Tomada de Preços tem como objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços para a formatação e criação de 07 (sete) peças cenográficas, compondo de forma harmoniosa o Circuito Turístico do Distrito de Ipiabas no Município de Barra do Piraí – RJ, conforme especificações contidas no Termo de Referência (ANEXO I) e demais anexos contidos neste Edital.

## 3- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. Estima-se o valor global desta Tomada de Preços em R\$ 80.500,00 (oitenta mil e quinhentos reais).
- **3.2.** Os recursos necessários à realização do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria	Programa de Trabalho	Elemento de despesa	Recurso
SMTC	20.20.13.695.1010.2062	3.3.90.39.99	0004

## 4- TIPO DE LICITAÇÃO

4.1 - A presente licitação rege-se pelo tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

## 5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- **5.1** Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.
- **5.2** Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.



Serviço Público Municipal
Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

- **5.2.1** Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
- **5.3** Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

## 6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

#### 6.1. DOS CADASTRADOS OU NÃO CADASTRADOS

- **6.1.1** Poderão participar da licitação as pessoas físicas ou jurídicas com atividades específicas no ramo pertinente ao objeto desta **Tomada de Preços**, <u>Cadastradas ou não</u> na **Prefeitura do Município de Barra do Piraí PMBP**.
- **6.1.2** Será permitida a participação de licitantes não cadastrados, desde que atendam a todas as condições exigidas no presente Edital, observado o disposto no § 9º, do art. 22, da Lei n.º 8.666/93.
- **6.1.3** A documentação a que se refere ao **item 6.2.1** deverá ser apresentada perante a Comissão de Licitação na data constante do **item 1.1**.
- **6.1.4** A habilitação do licitante não cadastrado não implicará em seu cadastramento na **Prefeitura Municipal de Barra do Piraí PMBP**, o qual se subordina a análise, em processo específico e segundo as normas vigentes.

## 6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- **6.2.1** Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:
  - a) Cédula de Identidade e CPF de um dos sócios ou do diretor;
  - b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **d) Inscrição do ato constitutivo**, <u>no caso de sociedades simples</u>, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

- **e) Decreto de autorização**, em <u>se tratando de empresa ou sociedade estrangeira</u> em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- **f)** A **Sociedade Simples** que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, da Lei Federal nº 10.406/2002, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente Registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

#### 6.3 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- **6.3.1** Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
- c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as Contribuições Sociais previstas nas alíneas <u>a</u> a <u>d</u>, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
- c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
- c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal CEF;



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.
- 6.3.2. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal <u>ainda que esta acuse restrições</u>, caso em que deverá ser aplicado o disposto do item 7.15.

## 6.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**6.4.1** Todos os licitantes deverão apresentar **Certidões negativas de falências e concordatas** expedidas pelos distribuidores da sede, que deverão constar informações referentes às Falências e Concordatas, conforme **modelo de certidões (cíveis ou especiais)**, **modelo fazendário não atende**. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas.

## 6.5 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / VISITA TÉCNICA

- **6.5.1** Para fins de comprovação de qualificação técnica, a **empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica**, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, **devidamente registrado na entidade profissional competente**, comprovando serviço de acordo com o **Termo de Referência (Anexo I)**.
- 6.5.2 O licitante poderá realizar a Visita Técnica agendando, no mínimo 05(cinco) dias de antecedência, com a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura através do telefone nº 2443-2566 ou apresentar Declaração (Anexo X) que tem pleno conhecimento de todas as especificações técnicas à execução dos serviços, assinado pelo responsável técnico da empresa.
- 6.6 DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
- **6.6.1** Todos os licitantes deverão apresentar **Declaração Relativa à Trabalho de Menores (Anexo V),** de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18(dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16(dezesseis) anos, na forma do art.  $7^{\circ}$ , inciso XXXIII, da Constituição Federal.



Serviço Público Municipal
Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

#### 6.7 DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES

**6.7.1** As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por **90 (noventa) dias**, contados de sua expedição.

# 6.8 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

**6.8.1** No local, data e hora fixados no **item 1.1**, apresentarão os licitantes suas propostas em **02 (dois) envelopes**, opacos, indevassáveis e lacrados, designados, respectivamente **"A" e "B"**, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

#### **ENVELOPE "A"**

#### DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

#### **ENVELOPE "B"**

## PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

- **6.8.2** Os documentos dos **ENVELOPES** "A" **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e "B" **PROPOSTA DE PREÇOS** serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.
- **6.8.3** Os documentos exigidos no **ENVELOPE "A" DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do art. 32, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93, e rubricados pelo representante legal do licitante.
- **6.8.4** Pode a Comissão de Licitação pedir a exibição do original dos documentos.
- 6.8.5 O ENVELOPE "A" conterá os documentos especificados no item 6.
- **6.8.6** Os documentos do **ENVELOPE** "B" **PROPOSTA DE PREÇOS** serão apresentados em **01** (**uma**) **via**, exclusivamente no impresso padronizado fornecido pela administração (**Anexo II**) as quais deverão ser preenchidas pelo licitante e devidamente rubricadas pelo representante legal. Os preços serão apresentados em algarismos e por



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

extenso e cotados em moeda nacional, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso.

- **6.8.7** Não serão admitidas, sob qualquer pretexto, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes à Presidente da Comissão.
- **6.8.8** As empresas participantes poderão ser representadas no ato licitatório por seu representante legal, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo acompanhado da carteira de identidade, ou por procurador munido do instrumento procuratório, outorgado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida.
- **6.8.8.1** Estes documentos deverão ser entregues fora de qualquer envelope ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, junto com os **ENVELOPES "A" E "B"**. Os licitantes que não se fizerem presentes pela forma estabelecida neste item, ficarão impedidos de se manifestar durante os trabalhos.
- **6.8.9** Do instrumento procuratório mencionado no **item 6.8.8**, deve constar a outorga de poderes para a prática de todos os atos inerentes à licitação, inclusive para desistência de recursos.
- **6.8.9.1** A **Carta de Credenciamento (Anexo IV)** a ser apresentada juntamente com a carteira de identidade do credenciado e documento que comprove os poderes do outorgante, substitui, para todos os fins, a procuração a que se refere o item 6.8.8, inclusive no que concerne aos poderes para a prática de todos os atos da licitação e renúncia ao direito de recorrer:
- **6.8.9.2** Os licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada à Comissão de Licitação a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas;
- **6.8.9.3** É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.
- **6.9** A **Proposta de Preços** será feita em moeda nacional e deverá corresponder aos preços praticados pela empresa, para pagamento à vista, na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação.



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

- **6.9.1** Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
- 6.10 A Declaração de Inexistência de Penalidade (Anexo VIII) e a Declaração de Requisitos de Habilitação (Anexo IX) <u>deverão estar contidas</u> no ENVELOPE "A".

#### 7- PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **7.1** No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com os **ENVELOPES** "A" E "B", apresentados na forma anteriormente definida. Os licitantes se farão presentes por seus representantes legais, **procuradores** ou **prepostos** que, para tanto, deverão estar munidos da **Carta de Credenciamento**, firmada pelo representante legal da empresa, com poderes para praticar todos os atos da licitação, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações e se manifestar quanto à desistência de interposição de recurso.
- **7.2** Nesta mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os **ENVELOPES** "A" E "B" de todos os licitantes presentes. Em seguida serão abertos os **ENVELOPES** "A" de todos os licitantes, podendo a documentação deles constante ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão de Licitação. Após a abertura dos **ENVELOPES** "A", a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.
- **7.3** No caso da sessão ser suspensa para julgamento de habilitação, os **ENVELOPES** "B" serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão de Licitação, que os rubricará, juntamente com os licitantes presentes devidamente credenciados.
- **7.4** Da Sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos **ENVELOPES** "A" será lavrada Ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem integralmente às condições previstas no **item 06**, deste edital.
- **7.5** Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos **ENVELOPES** "**B**" **PROPOSTA DE PREÇOS**, desde que todos os licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação. Neste caso serão devolvidos aos licitantes inabilitados os **ENVELOPES** "**B**" **PROPOSTA DE PREÇOS**, fechados.
- **7.6** Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os licitantes, será designada data para abertura dos **ENVELOPES "B" PROPOSTA DE PREÇOS**, observado o prazo de recurso estabelecido em lei. No caso de todos os licitantes estarem



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

presentes, a intimação para a nova data dar-se-á na própria sessão pública, dispensada a publicação na imprensa oficial ou notificação.

- **7.7** Ultrapassada a fase da habilitação, a Comissão de Licitação não mais poderá desclassificar os licitantes por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.
- **7.8** No dia, hora e local marcado para o julgamento das propostas e decorrido o prazo para recurso sem a sua interposição, tendo deste havido renúncia ou desistência expressa por todos os licitantes ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertas as propostas de preços dos licitantes habilitados, e devolvidos os **ENVELOPES** "B", mediante recibo, aos inabilitados.
- **7.9** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste edital, aquelas com preço excessivo e aquelas que tiverem preço manifestamente inexequível.
- **7.10** Havendo dúvida sobre a exequibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão prazo não inferior a **72** (setenta e duas) horas para que o(s) licitante(s) comprove(m) a viabilidade de seus preços, solicitando-lhe(s) a composição dos preços unitários.
- **7.11** Será declarada vencedora a proposta que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observado o disposto nos **itens 6.9 e 7.12**.
- **7.12** Caso alguma microempresa ou empresa de pequeno porte apresente preço igual ou superior ao menor preço em até **10%** (**dez por cento**), ela terá preferência de contratação, na forma dos itens seguintes.
- **7.12.1** Após a abertura das propostas de preço, será facultado à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada apresentar nova proposta, inferior àquele que foi o menor preço, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor; o prazo para apresentação da nova proposta é de **05 (cinco) dias**.
- **7.12.2** Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, nos termos do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nos limites de preço do **item 7.12**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- **7.12.3** No caso de equivalência dos valores apresentados por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos limites de preço do **item 7.12**, será



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- **7.12.4** O disposto nos itens acima somente se aplicará quando a menor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.12.5 Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos itens 7.12.1,
  7.12.2 e 7.12.3, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- **7.13** No caso de empate entre as propostas de menor preço será utilizado como critério de desempate o sorteio público, sem prejuízo do disposto no **item 7.12**.
- **7.14** Na hipótese de inabilitação ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de **08 (oito) dias úteis** para apresentação de nova documentação ou de outras propostas.
- **7.15** Em sendo declarada vencedora do certame a microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais ficará assegurado, a partir de então, o prazo de **05** (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, prorrogável por igual período.
- **7.15.1** A prorrogação do prazo deverá sempre ser concedida pela **Prefeitura Municipal de Barra do Piraí PMBP**, quando requerida pelo licitante, exceto quando exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para a emissão da Nota de Empenho, devidamente justificados.
- **7.15.2** A não regularização da documentação no prazo previsto no item implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo facultada a **Comissão Permanente de Licitação**, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- **7.16** O julgamento das **Propostas de Preços (Envelopes "B")** e a classificação final das propostas será objeto de ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados.
- **7.17** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por **60 (sessenta) dias**, contados da data da sua entrega.
- **7.17.1** Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, **60 (sessenta) dias**, e caso persista o interesse



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

- **7.18** Será facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- **7.19** A critério da Comissão Permanente de Licitação poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

## 8 DA ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

- **8.1** Uma vez homologado o resultado da licitação pelo **Exmo Sr. Prefeito**, será o licitante vencedor convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**, para assinatura do Contrato.
- **8.2** Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo de 05(cinco) dias úteis, após a convocação, poderá a Comissão Permanente de Licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os licitantes remanescentes que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- **8.3** Na forma do disposto no artigo 93, da **Lei Federal n.º 8.213/1991** (**Anexo VII**) e suas alterações, o licitante vencedor deverá apresentar como condição para assinatura do Contrato, declaração de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social, reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:
- **8.4** Na hipótese de não atendimento do disposto no item 8.3 poderá a CONTRATANTE proceder à convocação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação, como faculta o art. 64, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, na forma prevista no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- **8.5** Poderá o **Ordenador de Despesas**, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

#### 9 - DOS PRAZOS

- **9.1** O prazo para entrega dos serviços será de **05(cinco) dias**, após a emissão da nota de empenho.
- 9.2 Não será exigida prorrogação.
- 10 CONTRATO / GARANTIA / REAJUSTE
- 10.1 Demandará formalização de Termo de Contrato.
- 10.2 Não haverá nem Garantia Contratual e nem Reajuste.
- 11- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
- 11.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira informada pela empresa CONTRATADA, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário, conforme Proposta de Preços (Anexo II).
- 11.2 A CONTRATADA deverá encaminhar Nota fiscal/fatura devidamente atestada para pagamento, à Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, acompanhada da documentação de comprovação de regularidade fiscal.
- **11.3** O prazo para pagamento é de **30 (trinta) dias**, devidamente atestada pelos servidores da Secretaria requisitante.
- **11.4** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de **30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
- **11.5** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IGPM** e juros moratórios de **0,5% ao mês**, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

## 12 ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE

**12.1** Executado o Contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93.



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

- **12.2 A CONTRATADA** é responsável por danos causados a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução dos serviços.
- 12.3 A CONTRATADA não poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento.

#### 13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

- **13.1** A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:
- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal:
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal.
- **13.2** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.
- **13.3** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.
- 13.4 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, com poderes para decidir na Administração Pública, na forma abaixo descrita:
- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do caput, serão impostas pela Autoridade Competente, com poderes para decidir na Administração Pública;
- **b)** a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal, prevista na alínea c, do caput, será imposta pelo **Ordenado de Despesa**;
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do caput, é de competência exclusiva do **Exmo. Sr. Prefeito**.
- **13.5** A multa administrativa, prevista na alínea b, do caput:
- a) não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

- **13.6** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura, prevista na alínea c, do caput:
- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 02 (dois) anos;
- **b)** sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- **13.7** A **Declaração de Inidoneidade** para licitar e contratar com a Prefeitura, prevista na alínea d, do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Prefeitura pelos prejuízos causados.
- 13.8 A reabilitação poderá ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
- 13.9 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.
- **13.10** Se o valor das multas previstas na alínea b, **item 13.5** e no **item 13.9**, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura ou cobrada judicialmente.
- **13.11** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.
- **13.12** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.
- **13.13** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- **13.14** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.
- **13.15** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do caput, e no prazo de **10 (dez) dias**, no caso da alínea d.
- **13.16** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

- 13.17 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o Descumprimento total da obrigação assumida, e determinará aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.
- **13.18** Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar com a Prefeitura, enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.
- 13.19 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela PMBP, no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Barra do Piraí.

#### 14- DOS RECURSOS

- 14.1 Os Recursos das decisões da Comissão de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou data de lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Ordenador de Despesas.
- **14.1.1** Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, encaminhará a **Comissão Permanente de Licitação** o recurso à autoridade superior, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.
- **14.2** A **Comissão Permanente de Licitação** dará ciência dos Recursos aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de **05 (cinco) dias úteis**.
- **14.3** Os Recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação do licitante, ou contra o julgamento da proposta de preços, terão efeito suspensivo.
- **14.4** A intimação dos atos referidos nas alíneas *a*, *b*, *c* e *e* do inciso I do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93 será feita mediante publicação em imprensa oficial, salvo para os casos de habilitação ou inabilitação dos licitantes e julgamento das propostas, se presentes os prepostos de todos os licitantes no ato em que for adotada a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados.

## 15 – DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.



Processo 17772/2022
Data: 18/05/2022 Fls
Rubrica

Serviço Público Municipal

- **15.2** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.
- **15.3** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- **15.5** Quando da homologação do resultado do certame, e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes inabilitados deverão ser notificados a retirar os envelopes de **PROPOSTAS DE PREÇOS**, no prazo de **60(sessenta) dias** do recebimento da comunicação.
- 15.5.1 Se houver recusa expressa ou tácita dos interessados, a Comissão Permanente de Licitação ou o Agente Público Competente estará autorizado a inutilizar os envelopes.
- **15.6** Acompanham este instrumento convocatório os seguintes anexos:
- ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA; ANEXO II PROPOSTA DEPREÇOS; **MINUTA DE CONTRATO** ANEXO III **MOD. CARTA DE CREDENCIAMENTO;** ANEXO IV MOD. DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES; ANEXO V MOD. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) E/OU EMP. DE PEQ. PORTE (EPP);; ANEXO VI ANEXO VII MOD. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DISPOSTO NA LEI FEDERAL 8.213/91; ANEXO VIII MOD. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE; ANEXO IX MOD. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO; MOD. DECLARAÇÃO (SEM VISITA TÉCNICA); ANEXO X TABELA DE PREÇOS (ESTIMADA). ANEXO XI
- **15.7** Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.
- **15.8.** Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda a realidade dos fatos.
- **15.9** O foro da Comarca do Município de Barra do Piraí-RJ é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Barra do Piraí,	de	de 2022.
	SECRETAR	RIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Av. Ernani do Amaral Peixoto, 57 – Centro - Barra do Piraí – RJ – Tel.: (24)2443-2566 – e-mail. secturismo@gmail.com

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

**1.1.** Contratação de empresa para prestação de seviços para a formatação e criação de **07** (**sete**) **peças cenográficas**, compondo de forma harmoniosa o **Circuito Turístico** do Distrito de Ipiabas no Município de Barra do Piraí – RJ, conforme especificações contida no Termo de Referência.

#### 2. JUSTIFICATICA:

- **2.1** A contratação dos serviços servirá para padronizar o **Circuito Turístico** que será apresentado pelas **peças cenográficas** no intuito de proporcionar uma melhor visualização, identificação, aprimoração para compor de forma harmoniosa para o Distrito de Ipiabas.
- **2.2** O **Circuito Turístico** influenciará diretamente no desenvolvimento econômico, gerando empregos e rendas para fortalecer o Município, tanto como destino nacional quanto internacional, ampliando os fluxos turísticos e a permanência de visitantes na cidade.
- **2.3** As Secretarias Municipais vêm atuando de forma indireta, porém mantendo o foco tanto no desenvolvimento econômico quanto no turismo por toda a cidade. A cooperação também poderá ter o apoio das associações e/ou das empresas do setor, na identificação de recursos, na parte técnica, na avaliação de impacto e no acompanhamento da implantação de projetos que visem ao fomento do turismo regional e local.
- **2.4** A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura vem captando recursos financeiros e a promoção do intercâmbio de políticas públicas que visão ao fortalecimento da estratégia municipal de Turismo.
- **2.5** Em 2021 foi lançado o projeto "**Ipiabas 05 Estações**" que tem como principal finalidade fomentar o Turismo no Município através da manutenção, revitalização e criação de equipamentos turísticos contemporâneos e de um calendário de eventos consistentes no Distrito de Ipiabas, conforme Lei Municipal n° 3556 de 20 de dezembro de 2021.
- **2.6** Será dado Tratamento Diferenciado a microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) conforme o disposto nos arts. 44, 45 e 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 (alterado pela LC n.º 147/2014), com base no Art. 49, incisso II.

## 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

3.1 IDENTIDADE VISUAL: Formatação e criação de 07 (sete) pecas cenográficas.



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Av. Ernani do Amaral Peixoto, 57 — Centro - Barra do Piraí — RJ — Tel.: (24)2443-2566 — e-mail. secturismo@gmail.com

Item	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtde.
01	As <b>peças cenográficas</b> serão compostas: pelo Trem de gelo, pela Estação Ferroviária, pelo Palco da Estação Ferroviária, pela Praça do Avião, pela Casa dos Sonhos, pelos Pontos de Ônibus e pelo Mobiliário Urbano.	SV.	01

#### 3.2 Metodologia de Definição do Quantitativo:

**3.2.1** Baseou-se na criação do **Circuito Turístico** do Distrito de Ipiabas que foi planejado pela Secretaria Municipal de Tursimo e Cultura com a criação do projeto "**Ipiabas 05 Estações**", que tem o intuito de fomentar o setor turístico do Município através do Distrito de Ipiabas.

#### 3.3 Justificativa do Quantitativo solicitado:

**3.3.1** A quantidade das **peças cenográficas** foi motivada pela Secretaria de Turismo e Cultura para promover a integração do **Circuito Turístico** do Distrito de Ipiabas, reafirmando o posicionamento turístico e incrementando a economia do local para o municípo de Barra do Piraí.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA/DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

- **4.1.**A realização dos serviços deverão ser acompanhada e atestada por um responsável da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.
- **4.2.**O prazo para entrega será de até **05** (**cinco**) **dias**, após a emissão da nota de empenho ou outro instrumento contratual.
- **4.3**. As peças deverão ser entregues, em maquetes virtuais em **3D**, de forma detalhada com todas as plantas, maquetes, medidas e materiais necessários para executar a construção do que foi idealizado pela cenografia sobre cada equipamento.

#### 5. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

**5.1.** Não serão exigidos documentos juntamente com a proposta

## 6. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

- 6.1. Será exigido Atestado de Capacidade Técnica da empresa licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, comprovando o serviço de acordo com o Termo de Referência.
- 6.2. A empresa poderá realizar visita técnica agendado com a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura pelo telefone (24) 2443-2566, com no mínimo 05(cinco) dias de





Av. Ernani do Amaral Peixoto, 57 — Centro - Barra do Piraí — RJ — Tel.: (24)2443-2566 — e-mail. secturismo@gmail.com

antecedência ou apresentar Declaração que de pleno conhecimento à execução dos serviços, assinado pelo responsável técnico da empresa.

### 7. PERÍODO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

**7.1.** Não será exigida garantia e nem assistência técnica.

#### 8. TERMO DE CONTRATO:

- **8.1.** O objeto demandará a formalização de instrumento de Termo de Contrato.
- **8.2.** Não será exigida Garantia de Execução do Contrato.

#### 9. OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES E SUBCONTRATAÇÃO:

#### 9.1. DA CONTRATANTE:

- **9.1.1** Receber o objeto e verificar se está de pleno acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência;
- **9.1.2** Rejeitar o objeto fora dos padrões de qualidade, conforme as especificações contidas neste Termo de Referência:
- **9.1.3** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**;
- **9.1.4** Atestar o recebimento do objeto, em conformidade com o solicitado;
- **9.1.5** Comunicar, imediatamente, à **CONTRATADA**, qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;
- **9.1.6** Aplicar penalidades à **CONTRATADA**, por descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- **9.1.7** Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

#### 9.2 DA CONTRATADA:

- **9.2.1** Efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes no presente Termo de Referência;
- **9.2.2** Não será aceito o objeto que estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- **9.2.3** Responsabilizar-se por todas as despesas relativas à entrega do objeto;
- **9.2.4** Correrão por conta da empresa **CONTRATADA** todas as despesas decorrentes como: viagens, hospedagens, colaboradores, logística de serviço, dentre outros;
- **9.2.5** A **CONTRATADA** deverá prover toda a mão-de-obra necessária para garantir a entrega e funcionamento do objeto;

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA



Av. Ernani do Amaral Peixoto, 57 – Centro - Barra do Piraí – RJ – Tel.: (24)2443-2566 – e-mail. secturismo@gmail.com

- **9.2.6** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Barra do Piraí;
- **9.2.7** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Barra do Piraí, por escrito, em **02** (**duas**) **vias** e entregues mediante recibo;
- **9.2.8** Manter, durante o período de execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- **9.2.9** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;
- **9.2.10** Será obrigado a reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, em todos os serviços deste Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções a serem feitas, sem ônus para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, no prazo máximo **de 24 (vinte e quatro) horas**.
- 9.3 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto/serviço.

#### 10. VIGÊNCIA CONTRATUAL E PREVISÃO DE REAJUSTE:

- **10.1.** Demandará a formalização de termo de contrato, podendo ser substituído por Nota de Empenho ou outro instrumento.
- 10.2. Não haverá nem prorrogação e nem reajuste.

#### 11. PENALIDADES:

**11.1**Se a **CONTRATADA** inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 12. CONDIÇÕES DEPAGAMENTO:

- **12.1**. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Barra do Piraí mediante emissão de Nota Fiscal/Fatura pela contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação do objeto, com o devido ateste de recebimento e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida e creditada em conta corrente da empresa.
- **12.2.**A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos produtos fornecidos, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA



- **12.3.**Para compor o Processo de Pagamento, a empresa deverá encaminhar cópias da documentação exigida para cada um deles (Contrato e as Certidões Negativas com datas de validade vigente).
- **12.4.** Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais Eletrônicas/Faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das Notas Fiscais/Faturas.

## 13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

**13.1.** A dotação orçamentária por onde correrá a despesa será:

SECRETARIA	RETARIA FUNCIONAL ELEMENTO DA DESPESA		FONTE DE RECURSO
SMTC	20.20.13.695.1010.2062	3.3.90.39.00	XXXX

## 14. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO:

**14.1**. Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores (se for o caso):

**Fiscal do futuro Contrato:** Sérgio Luís Nóbrega de Oliveira / Matrícula 11.583 **Gestor do futuro Contrato:** Leonardo José Moreira da Silva / Matrícula9960

### 15. DISPOSIÇÕES GERAIS:

**15.1.** Não há disposições gerais.

#### 16. ANEXO DO TR:

16.1- Não há anexos.

BarradoPiraí, 23 de maio de 2022.

Sérgio Luís Nóbrega de Oliveira

Diretor de Turismo Matrícula 11.583 Rafael Santos Couto Secretário Municipal de Turismo e Cultura Matrícula 11.216

#### SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL **ANEXO II**

Processo nº: 17772/202	
Data: 18/05/2022	

fls: \_\_\_\_

Rubrica:

Licitação por: Tomada de Preços A realizar-se em: 19/08/2022 às 14 hs. Requisição de Serviços: **SC00401/2022** 

## A empresa ao lado propõe-se a executar os serviços à Prefeitura de Barra do Piraí pelos preços assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de Licitação por Tomada de Preços nº

Proposta de Preços / Tomada de Preços

#### **CARIMBO DA FIRMA**

007/20	022					
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
IIEW	CODIGO	ESFECIFICAÇÃO	ONID.	QUANT.	SUBTOTAL R\$	
01	xxx	Contratação de empresa para prestação de serviços para a formatação e criação de 07 (sete) peças cenográficas, compondo de forma harmoniosa o Circuito Turístico do Distrito de Ipiabas no Município de Barra do Piraí – RJ, conforme especificações contidas no Termo de Referência;	dias	05	R\$	
Valor Total por Extenso:						
(			TOTAL GERAL		R\$	
		)				
<b>1.</b> Ser	datilografada, s	OBSERVAÇÕES: em emendas e rasuras; conter os preços em	Prazo de execução: vide Cronograma Físico- Financeiro			
algarismo e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais a ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador.			Validade da Proposta De Preços (preços válidos), por: 60 DIAS			
<ol> <li>O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE PREÇOS a cumprir os termos nela contidos.</li> </ol>			Local da execução: vide Memorial Descritivo			
<ol> <li>As duas primeiras vias da PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento.</li> </ol>			Declaramos inteira submissão ao presente Termo e			
<ol> <li>A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</li> </ol>		Em//				
Obs.: I	Obs.: Informar dados bancários:		Firma Proponente			
Banco	:	Nº				
Agênci	ia:	C/c:				



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL				
PROCESSO Nº 17772/2022				
Fls				

#### ANEXO III

CONTRATO N.º \_\_\_ /2022

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA E A EMPRESA
O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ, através da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, com sede na Travessa Assumpção, nº 69, bairro Centro, CEP. 27.123-080, inscrito no CNPJ nº 28.576.080/0001-47 doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Exmo. Sr. Mário Reis Esteves, Prefeito, carteira de identidade nº 06070917-7-IFP, CPF nº 052.436.087-18 por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e a empresa situada na, Bairro,/RJ, CEP nº e inscrita no CNPJ sob o n, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por, carteira de identidade n.º, expedida pelo/RJ, CPF sob o nº, residente e domiciliado, Bairro,/RJ, CEP nº, resolvem celebrar o presente Contrato, em decorrência do resultado da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 007/2022, processo administrativo nº 17772/2022, homologada por despacho do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, datado de e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Barra do Piraí-RJ n.º de, que se regerá pelas normas da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores; e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:
<u>CLÁUSULA PRIMEIRA</u> : DO OBJETO
O objeto do presente Contrato é a Contratação de empresa para prestação de serviços para a formatação e criação de <b>07</b> ( <b>sete</b> ) <b>peças cenográficas</b> , compondo de forma harmoniosa o <b>Circuito Turístico</b> do Distrito de Ipiabas no Município de Barra do Piraí – RJ, conforme especificações contidas no Termo de Referência.
PARÁGRAFO ÚNICO: O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO
O valor total do presente Contrato é de R\$ ( reais), discriminado de acordo com a Proposta de Preços (Anexo II).
CLÁHSHLA TERCEIRA: DOS PRAZOS

1

O prazo contratual **será de 05(cinco) dias contados** da assinatura do Contrato<u>, podendo ser prorrogado de acordo com os **parágrafos 1º e 2º, do art. 57 da Lei Federal nº**</u>

8.666/93.



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PROCESSO N° 17772/2022
DATA: 18/05/2022 Fls
RUBRICA

## **CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE	deverá pagar	à CONTRATA	DA, mediante	adimplemento	do cumprimento	com a
entrega do objeto,	devidamente	atestada pelo	(s) agente (s)	competente (s)	e diretamente na	conta
corrente: nº	, agência:	, banco:	, de titularida	de da CONTRAT	'ADA.	

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A cada 30 (trinta) dias fará a CONTRATADA a emissão das faturas dos serviços realizados, aceitos e verificados em conformidade com o Termo de Referência (Anexo I).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O prazo para pagamento é de **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**PARÁGRAFO QUARTO** – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, **o prazo de 30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IGPM** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado **pro rata die**, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês **pro rata die**.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O pagamento por eventuais serviços não previstos, desde que devidamente justificados, deverão ser previamente aprovados pela **AUTORIDADE COMPETENTE.** 

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O pagamento somente será liberado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, dos seguintes documentos, que deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade, quando for o caso:

- a) respectivas faturas e/ou notas fiscais:
- b) documentos de comprovação de regularidade fiscal;

**PÁRAGRAFO OITAVO**– Somente serão pagos os quantitativos efetivamente atestados pela fiscalização, justificando-se nos autos toda e qualquer divergência em relação à estimativa.

## CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à realização do objeto correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria	Programa de Trabalho	Elemento de despesa	Recurso
SMTC	20.20.13.695.1010.2062	3.3.90.39.99	0004



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PROCESSO Nº 17772/2022
DATA : <b>18/05/2022</b> Fls
RUBRICA

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- I. Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato:
- **II.** Fornecer à **CONTRATADA** os documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente contrato;
- III. Acompanhar e fiscalizar a execução da obra de acordo com o Termo de Referência;
- **IV.** Receber o objeto do contrato nas formas definidas na <u>CLÁUSULA NONA</u> deste contrato de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Conduzir a execução do Contrato de acordo com a legislação vigente;
- II. Atender todas as especificações constantes do Edital, de seus anexos, do **Termo de Referência (Anexo I)**;
- **III.** Executar o Contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- **IV.** Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação:
- **V.** Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- **VI.** Se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- **VII.** Prestar, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- VIII. Atender as determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE;
- **IX.** Dirigir à área requisitante e ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- **X.** Arcar com todas as despesas decorrentes para execução dos serviços, tais como: fornecimento de produtos/materiais, salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, taxas, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação, uniformes e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei.

## **CLÁUSULA OITAVA:** DA EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PROCESSO Nº 17772/2022
DATA : <b>18/05/2022</b> Fls
RUBRICA

O objeto deste contrato serão executado	das so	b a dir	reção e responsal	oilid	ade técnica do	(a)
<b>Sr.</b> (a),	que	fica	autorizado(a)	a	representar	a
CONTRATADA em suas relações com o	CONT	'RATA	NTE.			

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA se obriga a manter o(a) responsável(a) acima indicado(a) como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local dos serviços até o seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da CONTRATANTE.

## CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas e condições avençadas, nos Termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A fiscalização da execução do objeto deste Contrato caberá à **Secretaria Municipal de Turismo e Cultura**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A instituição e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de manter fiscalização própria, competindo-lhe fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir que, a tempo e por escrito, sejam apresentadas à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas que venham a impedir o bom desempenho do contrato, para o devido esclarecimento.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O representante da **CONTRATANTE** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**PARÁGRAFO QUINTO** – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PROCESSO Nº 17772/2022
DATA: <b>18/05/2022</b> Fls
RUBRICA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Correrão por exclusiva conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, as consequências que advierem de:

- **a)** Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão, inclusive de seus empregados e prepostos;
- **b)** Imperfeição ou insegurança nos serviços;
- c) Falta de solidez dos serviços executados, mesmo verificada após o termino deste contrato;
- **d)** Furto, perda, roubo, deterioração, ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços;
- **e)** Ato ilícito ou danoso de seus empregados ou de terceiros, em tudo que se referir aos serviços;
- f) Infiltrações de qualquer espécie ou natureza;
- g) Prejuízos causados à propriedade de terceiros.

## PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA não poderá subcontratar os serviços.

## CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução obedecerá à determinação da fiscalização da **Secretaria Municipal de Turismo e Cultura**, devendo ser obedecido integralmente, podendo ser recusado caso não seja considerado satisfatório, conforme **Termo de Referência**.

## CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no **artigo 65, da Lei n.º 8.666/93**, mediante Termo Aditivo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante **Termo Aditivo**, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de **até 25% (vinte e cinco por cento)**.

## CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DA FORÇA MAIOR

Os motivos de força maior que possam impedir a **CONTRATADA** de cumprir as etapas e o prazo do contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e não aceitas pela Fiscalização, nas épocas oportunas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO	MUNICIPAL
PROCESSO Nº 17772	/2022
DATA: 18/05/2022	Fls
RUBRICA	

É facultado ao **CONTRATANTE** suspender a execução do contrato e a contagem dos prazos, devidamente justificado, na forma do disposto no **artigo 78, da Lei 8.666/93**.

### CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos **artigos 77 a 80**, **da Lei n.º 8.666/93**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da **publicação em Diário Oficial Eletrônico Municipal (DOEBP)**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de **10% (dez por cento)** incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da <u>retenção de créditos</u>, e das perdas e danos que forem apuradas.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Rescindido o contrato, a Administração assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Decretada a rescisão por culpa da **CONTRATADA**, a mesma somente terá direito ao recebimento das faturas relativas aos serviços executados até a data da rescisão e apenas daquelas que estiverem em condições de aceitação.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Decretada a extinção do contrato sem que caiba culpa à CONTRATADA, a mesma será ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- **b)** pagamento do custo de desmobilização, caso haja.

## <u>CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA:</u> DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- **b)** multa administrativa;
- **c)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal;



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PROCESSO N° 17772/2022
DATA: 18/05/2022 Fls
RUBRICA

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida, também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, devendo ser aplicada pela **autoridade competente**, com poderes para decidir na Administração Pública, na forma abaixo descrita:

- **a)** a advertência e a multa, previstas nas alíneas <u>a</u> e <u>b</u>, do *caput*, serão impostas pela **Autoridade Competente**, com poderes para decidir na Administração Pública;
- **b)** a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal, prevista na alínea <u>c</u>, do *caput*, será imposta pelo **Ordenador de Despesa**;
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea <u>d</u>, do *caput*, é de competência exclusiva do **Exmo. Sr. Prefeito**.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A multa administrativa, prevista na alínea <u>b</u>, do *caput*:

- a) não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- **b)** poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

**PARÁGRAFO QUINTO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura, prevista na alínea <u>c.</u> do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 02 (dois) anos;
- **b)** sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com a Prefeitura, prevista na alínea <u>d</u>, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Prefeitura pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A reabilitação referida pelo *parágrafo sexto* poderá ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora **de 1% (um por cento) por dia útil** que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PROCESSO Nº 17772/2022
DATA : <b>18/05/2022</b> Fls
RUBRICA

possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO NONO** - Se o valor das multas previstas na alínea <u>b</u>, do *caput*, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas <u>a</u>, <u>b</u> e <u>c</u>, do *caput*, e no prazo de **10 (dez) dias**, no caso da alínea <u>d</u>.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o Descumprimento total da obrigação assumida, e determinará aplicação de multa de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar com a Prefeitura, enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela **PMBP**, no cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Barra do Piraí.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PROCESSO Nº 17772/2022
DATA: <b>18/05/2022</b> Fls
RUBRICA

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado no **Diário Oficial Eletrônico Municipal (DOEBP)**, **conforme artigo 61**, **parágrafo único**, **da Lei Federal** nº 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca do Município de Barra do Piraí, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

В	arra do Pirai, de de _	·
	Contratante (Prefeitura)	
	Contratada (Representante legal da Empresa)	
FESTEMUNHA/CPF		TESTEMUNHA / CPF

Serviço Público Municipal

Processo nº 17772/2022

Data: 18/05/2022 Fls\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

#### **ANEXO IV**

#### MODELO DE CARTA DE PARTICIPANTE

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Barra do Pirai Travessa Assumpção 69, Centro Barra do Pirai RJ

Prezados Senhores:

ela presente fica o Sr.(a) <nome>, <qualificação empresa="" na="">, <residência< td=""></residência<></qualificação></nome>
ompleta>, <portador carteira="" da="" de="" identidade=""> <math>n^{\circ}</math> , <expedida em=""></expedida></portador>
, para representar esta empresa, <endereço> e <cnpj></cnpj></endereço>
a licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 007/2022, a ser realizada nesta
ata, podendo portanto para tanto participar de todos os atos necessários, inclusive
restar esclarecimentos, receber as notificações, interpor recursos assinar atas e
utros documentos e manifestar-se quanto à desistência dos mesmos.
tenciosamente
Nome completo emitente
Nº da carteira de identidade e órgão emissor Carimbo da firma

OBS: A PRESENTE CARTA SOMENTE TERÁ VALOR QUANDO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE, COM PODERES ESTATUTÁRIOS E/OU CONTRATUAIS PARA CONSTITUIR MANDATÁRIOS.

Serviço Público Municip	a	1
-------------------------	---	---

Processo nº 17772/2022

Data: 18/05/2022 Fls\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

# ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES

TOMADA DE DDEGGO NO 007/0000

A Empresa	
	por intermédio de seu representante legal o (a) Sr
	portador(a) da carteira
	e do CPF
21 de junho de 1993, acres não emprega menor de dez não emprega menor de dez	cido pela Lei nº9.854, de 27 de outubro de 1999, que oito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e esseis anos.
	(data)
	(representantelegal)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

(Observação: em caso afirmativo, assinalara ressalva acima)



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL		
Processo nº 17772/2022		
Data: 18/05/2022 Fls		
Rubrica		

#### **ANEXO VI**

## MODELO DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

## **DECLARAÇÃO ME/EPP**

Declaro, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006 e nº 147, de 07 de Agosto de 2014, que essa empresa está apta a u sufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos42ao48dareferidaLei.

C.N.P.J.:	
Razão Social:	
	Local e data
	(Empresa e assinatura do responsável legal)

**Obs.:** A apresentação desta declaração é obrigatória para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem usufruir do tratamento favorecido às mesmas.



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL		
Processo nº 17772/2022		
Data: 18/05/2022 Fls		
Rubrica		

#### **ANEXO VII**

## MODELO DE DECLARAÇÃO - Lei Federal nº. 8.213/1991

Ref.: TOMADA DE PREÇOS nº 007/2022

, inscrita no CNPJ
nºpor intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
portador(a) da Carteira de Identidade
nº e do CPF nº
DECLARA, para fins do disposto no artigo 93, pela Lei Federal nº. 8.213/1991,
que:
() dispõe, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados
beneficiários da Previdência Social reabilitados (ou com pessoa portadora de
deficiência habilitada), na proporção de%; ou
() está isenta, pois possui menos de 100(cem) empregados.
(data)
(representante legal)

### Observações:

(1) Emitir em papel que identifique a licitante, devendo ser apresentada como condição para a retirada da Nota de Empenho/assinatura do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL		
Processo nº 17772/2022		
Data: 18/05/2022 Fls		
Rubrica		

#### **ANEXO VIII**

## Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade

Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ

Local e data
A (o) Presidente da Comissão de Licitação Sr.(a) Ailce Malfetano Mattos
Referente ao TOMADA DE PREÇOS nº 007/2022
, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), inscrito(a) no CPF sob o nº, portador(a) da cédula de identidade nº, expedida por, <b>DECLARA</b> , sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.
Barra do Piraí, dede
[assinatura do roprosontanto logal]
[assinatura do representante legal]

Travessa Assumpção, nº 69 — Centro — Barra do Piraí — RJ — CEP 27.123-080 Tel. (024) 2442-5372 — e-mail: <u>licitacao@barradopirai.rj.gov.br</u>



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL			
Processo nº 17772/2022			
Data: 18/05/2022 Fls			
Rubrica			

#### **ANEXO IX**

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Aempresa		,	com	sede	na
, C.N.P.J. n°	, poi	r intermédio	o de seu r	epresent	ante
legal (a) Sr.(a), p	ortador (a	) da Carte	ira de Ide	entidade	nº -
e do CPF nº		pa	articipante	da licita	ıção
modalidade <b>TOMADA DE PREÇOS</b>	nº 007/	/ <b>2022</b> refe	erente ad	o <b>Proce</b>	sso
Administrativo nº 17772/2022, declar	a que at	tendeu a	todas as	s exigên	cias
habilitatórias e que detém capaci	dades té	écnico-oper	acional	(instalaç	ões,
aparelhamento e pessoal) para prestação	de serviço	os do (s) ob	ojeto (s) pa	ara o (s)	qual
(is) apresentamos proposta.					
Por ser expressão da verdade, firm	amos a pre	esente.			
(local),	_ de	de :	20		
(assinatura do representante	legal da e	empresa pro			



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL		
Processo nº 17772/2022		
Data: 18/05/2022 Fls		
Rubrica		

# ANEXO X MODELO DE DECLARAÇÃO (S/ VISITA TÉCNICA)

A		
Prefeitura de Barra do Piraí		
A/C Comissão Permanente de	Licitação	
Referência: TOMADA DE PREÇ	OS nº 007/2022	
Prezados Senhores,		
A empresa	, ins	scrita no CNPJ sob o nº,
neste ato representada por	seu responsável	técnico Sr,
Identidade nº,	CPF nº	, em atendimento ao disposto
no Edital da TOMADA DE PR	EÇOS nº 007/2022	2, vem perante Vossas Senhorias
DECLARAR que tem pleno	conhecimento de	todas as especificações técnicas
necessárias à execução dos se	erviços.	
Barra do Piraí,, de	de	<u>-</u>
Atenciosamente,		
6	Nome	
неpresen	tante Legal da Licit	ante/ Carimbo

• Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



## ANEXO XI – TABELA ESTIMATIVA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR TOTAL (R\$)
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CENOGRAFIA PARA INTEGRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DO DISTRITO DE IPIBAS;	SV.	01	R\$ 80.500,00
TOTAL GERAL				R\$ 80.500,00



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL			
Processo nº 17772/2022			
Data: 18/05/2022 Fls			
Rubrica			

#### **RECIBO**

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022

Nome da Empresa:
Endereço:
Bairro:Município
Tel:
Email:
CNPJ:
Retirei o Edital e seus anexos referentes à Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 007/2022 a realizar-se na Travessa Assumpção, nº 69, Centro, Barra do Piraí, sala de reunião, conforme abaixo:
Processo nº 17772/2022
Data da Realização: 19/08/2022
Horário: 14HS
Barra do Piraí, /2022
Assinatura
(carimbo da empresa)